

Tensão em Rondônia prenuncia conflito

ESP 11.8.76

LÚCIO FLAVIO PINTO
Enviado especial

O mais grave conflito entre índios e civilizados na Amazônia está se configurando numa área de 1,5 milhão de hectares situada 500 quilômetros a sudeste de Porto Velho, no território Federal de Rondônia. A Funai tenta preservar 684.000 hectares para 680 índios cintas-largas, suruí, araras e gaviões, cada vez mais acudados pela mais dinâmica frente econômica da região amazônica. E entre 900 e 1.200 famílias, num total de 6 mil pessoas, que ocuparam boa parte da área indígena, ameaçam resistir à solução que foi proposta formalmente ontem pelos órgãos federais: retirar a maioria dos colonos e transferi-los para outros locais.

Ontem, em Cacoal, a localidade mais próxima da área de litígio, funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, da Fundação Nacional do Índio e da Polícia Federal reuniram-se com representantes dos posseiros para anunciar a solução encontrada nas reuniões preliminares realizadas em Porto Velho durante dois dias: somente permanecerão em seus lotes os colonos ocupantes de uma faixa de 10 mil hectares, que deveria ser incluída na reserva indígena 7 de Setembro e foi liberada pela Funai para a regularização das famílias que haviam recebido um cartão de identificação

fornecido pelo Incra. Nessa área poderiam ser assentadas apenas 100 famílias, em lotes de 100 hectares. O que fazer das 900 ou mil restantes?

Os órgãos oficiais concordaram em que não há outra alternativa além da retirada dessas famílias, que seriam transferidas para outros locais, sem receber qualquer indenização, segundo o ponto de vista da Funai. "Se nós indenizarmos os colonos que estão dentro da área indígena vamos estimular a invasão", diz o sertanista Apoenia Meirelles. O Incra acha que o pagamento das benfeitorias feitas pelos colonos facilitaria sua retirada: "Sem a indenização será quase impossível tirá-los das terras pacificamente", garante um técnico do órgão.

Mesmo pagando indenização, o Incra — que ficaria encarregado da "limpeza" da área indígena enquanto a Funai se responsabilizaria por manter os índios sob controle até a retirada da última família — enfrentará enormes dificuldades. A principal delas é a falta de terras próximas não ocupadas. Para reassentar os colonos, a Funai promete liberar 840 mil hectares, dos 1,5 milhão que interditou, quando forem demarcadas as três reservas indígenas criadas em 1974. Mas todas essas terras já estão ocupadas e para instalar nelas os colonos o Incra teria que realizar desapropriações ou anular as compras irregulares dessas áreas. Solução que implicaria na criação de novos problemas.

Delimitação só no mapa, a origem das dificuldades

Resolver a aguda situação de tensão existente em Rondônia é uma tarefa difícil. Em grande parte ela foi criada pelos erros ou pela omissão dos próprios órgãos oficiais. Quando se intensificou a migração de colonos para Rondônia, a Funai interditou 1,5 milhão de hectares situados quase nos limites com Mato Grosso, para dentro dessa área demarcar 238 reservas indígenas (de 238, 231 e 195 mil hectares cada), destinadas a 240 índios suruí, 220 araras e 200 cintas-largas. Sem realizar um levantamento no local, os técnicos da Funai delimitaram a área interditada apenas no mapa. O desconhecimento das condições reais de ocupação da região foi responsável pela não inclusão de 20 mil hectares situados entre o Projeto Integrado de Colonização Gy Paraná, do Incra, e o parque indígena 7 de Setembro.

Nessa área, não interditada pela Funai e não admi-

nistrada pelo Incra, foram se instalando os lavradores que não conseguiram assentamento no PIC Gy Paraná. Em meados de 1974, quando já haviam se instalado pelo menos 70 famílias, os colonos pediram a regularização das suas posses ao Incra. Apesar de não concedê-la, alegando que por essa área transitavam índios suruí, o Incra distribuiu aos posseiros o cartão de identificação de parcelários.

Esse documento deveria ser um simples instrumento de controle do órgão, mas por vários fatores — o principal deles, de acordo com o depoimento de alguns colonos, a corrupção de funcionários do Incra acabou adquirindo o significado de uma licença de ocupação. Os posseiros não apenas se sentiam autorizados a ocupar aquela área como também tinham a legitimação institucional. Helio Martins comprou o lote 8, na linha 11, de Oto Vakinni, pagando 6 mil cruzeiros ao proprietá-

rio e mil de "gorjeta" a um funcionário do Incra, que normalmente não poderia dar autorização porque as terras estão dentro da área indígena interditada. O pai de Helio comprou um outro lote, da viúva de um colono morto em 1974 pelos índios (conhecido apenas por Joaquim) e fez o pagamento dentro da sede do Incra, em Cacoal.

Apesar de estarem caracterizados como invasores de áreas indígenas, os posseiros podiam encontrar no cartão de identificação um amparo legal. O Incra parecia considerar a área invadida como um prolongamento dos 400 mil hectares que pertencem legalmente ao PIC Gy Paraná, mesmo sabendo que ela é dos índios. José Ribeiro de Oliveira, por exemplo, recebeu um cartão de identificação situando-o no PIC Gy Paraná, gleba 10, lote 149. Mas suas terras estavam fora dos limites do projeto e dentro da reserva indígena.

Incra promoveu a invasão

De certa maneira, o Incra não apenas facilitou mas também promoveu essa invasão. José Ribeiro de Oliveira diz que ao chegar na área, em 1974, procurou o Incra e foi orientado por um funcionário, conhecido apenas por "doutor Luis": "Ele disse que eu não podia entrar onde tem mata cortada com faca, mas que depois, onde tivesse mata bruta, eu podia ocupar". Um outro funcionário, Reginaldo, teria prometido aos posseiros que em breve o Incra "ia cortar" (isto é, demarcar) as terras. Essa conivência levou os colonos a delimitar seus lotes nas dimensões do Incra — 500 por 2.000 metros — e a denominar a área de ocupação Projeto Novo, prolongamento natural do "Projeto Velho". O Gy Paraná que fica nas margens da rodovia Cuiabá-Porto Velho, entre os quilômetros 455 e 502.

A ocupação da área tornou-se então bastante complexa. Antes dos posseiros e mesmo antes do Incra uma empresa de colonização particular, a Itaporanga, havia se assossado irregularmente de 1,2 milhão de hectares (área que quase coincide com a depois interditada pela Funai) e retalhando-os em 549 lotes, 105 dos quais dentro da reserva 7 de Setembro. Os compradores, a maioria profissionais liberais residentes no Sul do país, pressentindo a ilegalidade da transação revenderam seus lotes a agricultores. Todo esse processo de compra e venda foi depois anulado pelo Incra, a autorização da Itaporanga cassada e seus proprietários, os irmãos Melhorança, presos (e depois soltos), mas já havia uma situação de fato: a ocupação de quase todos os lotes. O Incra ilegítimamente, mas nunca anulou na prática essa situação.

Para garantir sua ocupação, os compradores desses lotes estimularam a invasão da área, utilizando um atrativo adicional: o sucesso do próprio PIC Gy Paraná, no qual o Incra já assentou 1.830 famílias de colonos (deverão chegar às duas mil no final deste ano).

Grandes propriedades que começaram a se instalar ao redor desse centro de colonização também apoiaram a invasão: quanto maior o número de "civilizados" na área, menores as possibilidades de domínio da terra pelos índios.

Eles já começavam a sentir-se acudados e em 1974, cinco anos depois de terem sido contactados pelo sertanista Apoenia Meirelles, os Suruí deram o primeiro sinal de reação à presença dos "brancos"; três dos índios mais jovens atacaram e mataram um velho colono, conhecido apenas por Joaquim. A Funai, percebendo o erro inicial, incluiu na área interditada os 20 mil hectares que dela estavam excluídos, mas não tomou nenhuma medida para demarcar a reserva e pareceu desconhecer inteiramente a presença dos colonos.

Já então a situação tornava-se extremamente complexa e delicada. Nos dois milhões de hectares, que deveriam pertencer apenas aos índios tutelados pela Funai e aos colonos orientados pelo Incra, lavradores com cartão de identificação, posseiros caracterizados e simples invasores, estes constituindo maioria. Alguns, como o baiano Firmiano Vila Boas, chegaram à área para verificar as possibilidades de se instalar nela ("não sei se vai dar porque a boca aqui está muito quente", diz ele). Outros, como o paranaense Danilo Silva, já têm grandes benfeitorias: ele gastou 30 mil cruzeiros para comprar oito cabeças de gado (há mais 16, de um sócio, no seu lote), cultivar arroz, feijão e milho, formar pastagem e extrair madeira. A disposição generalizada dos colonos é exemplificada pela família do baiano José Ribeiro de Oliveira: com seis filhos e a mulher, ele veio de Mato Grosso expulso de uma fazenda onde trabalhava como arrendatário. "Soube que estavam cortando terra e distribuindo com os colonos e então viemos pra cá". Danilo também teve que sair de Minas e não está disposto a perder novamente a terra que cultiva: "Para não levar um tiro, a gente é capaz de dar dez".

Como o Estatuto do Índio estabelece que toda a área de perambulação de qualquer grupo indígena ou na qual haja consenso histórico sobre sua presença é legítima propriedade dos índios, a Funai achou que o Estatuto poderia ser aplicado por si mesmo, sobrepondo-se inclusive às situações concretas. Talvez por isso a Funai nada fez durante dois anos para assegurar a integridade das áreas indígenas e só quando uma outra exigência do Estatuto — a de que todas as reservas criadas estejam demarcadas até 1977 — mostrou que índios e colonos estavam em posições antagônicas e próximas, é que começou a preocupação com a resolução do problema.

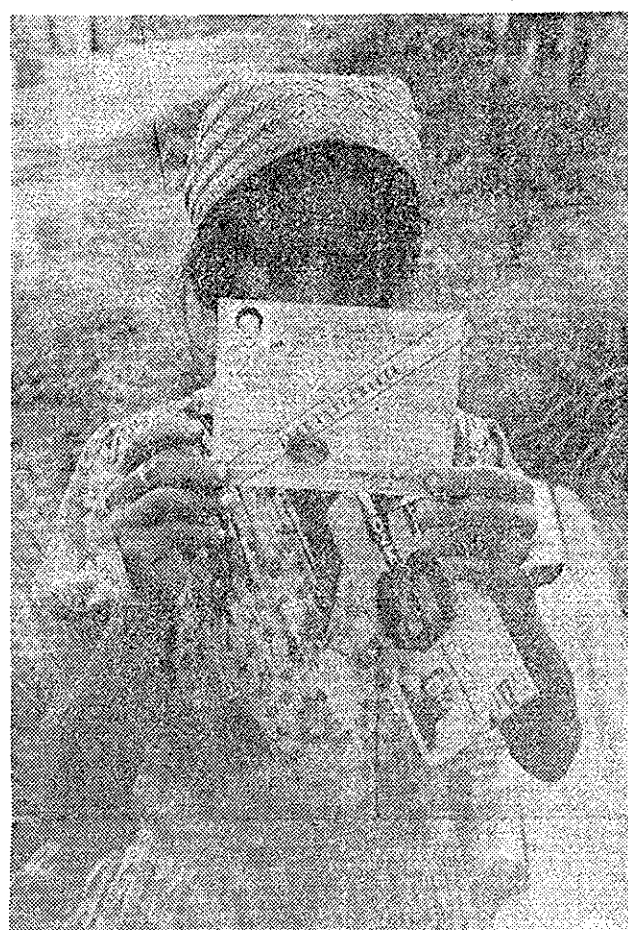
Já então a situação torna-se extremamente complexa e delicada. Nos dois milhões de hectares, que deveriam pertencer apenas aos índios tutelados pela Funai e aos colonos orientados pelo Incra, lavradores com cartão de identificação, posseiros caracterizados e simples invasores, estes constituindo maioria. Alguns, como o baiano Firmiano Vila Boas, chegaram à área para verificar as possibilidades de se instalar nela ("não sei se vai dar porque a boca aqui está muito quente", diz ele). Outros, como o paranaense Danilo Silva, já têm grandes benfeitorias: ele gastou 30 mil cruzeiros para comprar oito cabeças de gado (há mais 16, de um sócio, no seu lote), cultivar arroz, feijão e milho, formar pastagem e extrair madeira. A disposição generalizada dos colonos é exemplificada pela família do baiano José Ribeiro de Oliveira: com seis filhos e a mulher, ele veio de Mato Grosso expulso de uma fazenda onde trabalhava como arrendatário. "Soube que estavam cortando terra e distribuindo com os colonos e então viemos pra cá". Danilo também teve que sair de Minas e não está disposto a perder novamente a terra que cultiva: "Para não levar um tiro, a gente é capaz de dar dez".



Expandindo suas lavouras, os colonos foram se aproximando dos índios. Agora falta pouco para começar o conflito



Fotos Lúcio Flávio Pinto



Cartão do Incra: licença para invasão?



Os colonos dizem que "só mortos" deixam as terras

Os colonos já disseram a funcionários do Incra que não saem das terras ("só mortos"). Eles se sentem enganados pelo próprio Incra e não têm confiança na Funai porque ela apoia os índios, que consideram o principal inimigo (por isso impediram que topógrafos contratados demarcassem a reserva). Os índios, até 1974, viveram numa fase classificada por Apoenia Meirelles de deslumbramento: "Eles achavam que os brancos eram todos iguais e que a vida era uma eterna troca de mercadorias, sem atrito". Mas aos poucos foram percebendo que a presença dos "brancos" alterava suas vidas: a aldeia começou a ser cercada pelos lotes de colonos, a caça foi rareando e o bambu, com o qual fazem suas flechas, simplesmente desapareceu (hoje os suruí vão buscá-lo em Pimenta Bueno, a 40 quilômetros de distância).

As transformações foram além do nível material e interferiram mais diretamente na vida e na cultura dos suruí. O contato diário dos índios com os colonos fez com que Armanda, uma loura jovem de 18 anos, filha do colono Severino Dias de Souza, abandonasse o noivo e fosse viver na aldeia com Oreia, um dos mais valentes guerreiros suruí. A família de Armanda conseguiu retomá-la e mandá-la para o Espírito Santo, mas Oreia se vingou matando um sobrinho de Severino (a vingança não tranquilizou o índio, que, sem comer e sempre tristonho, "está praticando lentamente o suicídio", segundo Apoenia Meirelles).

Essas transformações acabaram com o deslumbramento dos suruí: os mais velhos, como o cacique Dick Boba, ainda estão fascinados pela civilização, porém os mais jovens, liderados por Kadio, já vêem os colonos como inimigos que devem ser expulsos de suas terras. Cinco desses índios mataram no dia 1º deste mês o posseiro José Antônio Oliveira, numa área onde anteriormente os índios retiravam bambus para suas flechas, a apenas dois quilômetros da aldeia dos suruí.

A proximidade entre índios e posseiros é crescente e cada vez mais tensa: logo após a morte de José Antonio os colonos cercaram a aldeia suruí e fizeram muitos disparos para o ar, "apenas para atemorizar". O medo que muitos deles têm dos índios (a família de José Procópio permanece o dia inteiro fechada em casa apesar do grande calor, com todas as janelas e portas trancadas, e a de Domingos Gaucho preferiu fugir por sentir-se ameaçada) já não é bastante para impedir que ataquem os suruí, mas também os índios só não realizaram maior número de mortes porque o sertanista Apoenia Meirelles ainda os obriga a permanecer na aldeia: "Todas as vezes que um grupo de guerreiros sai para caçar ficam temendo a morte de posseiros", diz Apoenia.

A reunião marcada para ontem, que deveria solucionar esse conflito, pode agravá-lo ainda mais se a comissão do Incra, Funai e

Polícia Federal não adotar medidas concretas imediatas. "Os posseiros vão saber que terão de sair da área, mas não aceitarão a decisão. E então poderão atacar os índios. Nesse momento, nós não nos comprometemos mais a garantir os suruí eles terão que se defender", argumenta Apoenia. Mas a comissão, integrada por burocratas vindos de Brasília, dificilmente intervirá imediatamente na questão: mesmo a polícia federal sente-se insegura para retirar os posseiros porque, como os demais órgãos, sabe que eles não sairão pacificamente da área. Nesse caso, a Funai deverá pedir a intervenção do Exército, "a única força capaz de entrar nessa região de litígio".

Além de ser problemática a retirada de cinco mil pessoas, com diferentes graus de resistência, argumentação e direitos, a questão que subsistirá à adoção dessa medida é a de saber se realmente as terras indígenas estarão resguardadas. Garantida a saída das famílias por forças armadas, o Incra terá que assentá-las em outro lugar. Em Rondônia, onde chegam mais de 100 famílias de lavradores cada mês procurando terras e o Incra precisa assentar cinco mil famílias selecionadas mas ainda sem lote, está difícil encontrar áreas não ocupadas.

Os colonos terão que ficar às proximidades das reservas indígenas, o que facilitará a ocorrência de futuros conflitos.

Se para os colonos as perspectivas são sombrias, não resta aos índios um futuro melhor. Os 680 mil hectares que receberam como reserva estão cercados por número crescente de grandes propriedades. Duas estradas abertas pelas fazendas Vale do Rio Roosevelt e Castanhal atravessam as áreas indígenas de Lourdes e Roosevelt. Apesar de embargada a construção, essas estradas estão sendo ocupadas por invasores, arregimentados e atraídos pelos fazendeiros. Há duas fazendas dentro do P.I. Roosevelt com pistas de pouso construídas e pastagem formada, embora sem gado. Da área de Mato Grosso expandem-se novas fazendas, como o Engeral e a Concisa. E da parte de Rondônia surgem outras.

No rio Roosevelt, na área do Parque Indígena de Aripuanã, há ocorrências de diamante ouro e cassiterita. Nas terras do PIC Gy Paraná e dos suruí do posto 7 de setembro há muitos jazimentos de cassiterita, além de um solo — do tipo pedzólico vermelho amarelo distrófico — com boa aptidão para culturas de ciclo longo e regular para as de ciclo curto. "Uma área excepcional", como dizem os técnicos do Incra.

Os suruí, como os demais 1.800 índios que restam em Rondônia, podem ganhar a primeira batalha contra os posseiros que chegaram à região atraídos pelo governo e pela possibilidade de terem uma terra para cultivar. Mas esta não será a última batalha, nem a mais importante.

Ação conjunta busca a solução na Amazônia

Da Sucursal e do correspondente

O governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, manteve contato, ontem, em Brasília, com o presidente da Funai, General Ismarth de Araújo Oliveira, e o ministro do Interior, Rangel Reis, para pedir a discriminação e demarcação das áreas indígenas existentes no território. Em Roraima, a população indígena é ainda tão representativa que uma área inicial estudada pela Funai para os índios Macuxis, caso fosse realmente criada, abrangeria quase todo o município de Boa Vista.

Após o encontro, anunciou-se que a Funai deverá apresentar este trabalho até o final de agosto, quando o ministro do Interior convocará uma reunião que contará com a participação de vários órgãos, entre os quais o Incra, Ministério da Agricultura e outros, visando a estudar a regularização dos problemas de terra em várias áreas da Amazônia Legal.

Esta reunião, anunciada por Rangel Reis, ficou definida nos dois encontros que o ministro manteve com o presidente do Incra e nela todos os órgãos envolvidos com terras na Amazônia deverão apresentar um pro-

grama de trabalho integrado, visando a acelerar a regularização do problema fundiário na região. Quanto à participação da Funai, é interesse do Ministério do Interior que as áreas indígenas da Amazônia Legal sejam discriminadas, e apresentado um quadro das áreas que sofrem maior tensão, com a invasão de posseiros e mesmo de grandes investidores, especialmente em Mato Grosso e Rondônia.

Em Roraima, além da grande população indígena já integrada ou prestes a se integrar na sociedade envolvente, a Funai apoia grupos ainda bastante arre-

dios, como é o caso dos Waimiris-Atroaris que vivem na rota da rodovia Manaus-Caracará, e os Ianomânis do caso dos Waimiris-Atroaris a Funai já está estudando a possibilidade de implantar um mecanismo de fiscalização da rodovia, que deverá ser entregue ao tráfego em outubro.

O grande problema que ocorre nessa área está ligado à rebeldia do grupo, que por diversas vezes atacou as frentes de atração da Funai, tendo massacrado dezenas de sertanistas. A ideia inicial da Funai é de manter quatro postos de vigilância ao longo do trecho

que corta a área indígena, para evitar contatos indesejáveis entre índios e civilizados.

MUSEU

Em Cuiabá, o diretor do Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso, João Vieira, anunciou que a entidade deverá firmar convênio, nos próximos dias, com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para desenvolvimento de um trabalho conjunto mais amplo. Com isso, será possível estabelecer estudos definitivos sobre os povos primitivos que habitaram e habitam o Centro-Oeste".